



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 01/2017**

MANHÃ

**Consultor Legislativo
(área de Saúde Pública)**

TIPO 02

VERDE

Organizadora:



LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de **01** a **13**.

O despreparo da geração mais preparada

A crença de que a felicidade é um direito tem tornado despreparada a geração mais preparada. Preparada do ponto de vista das habilidades, despreparada porque não sabe lidar com frustrações. Preparada porque é capaz de usar as ferramentas da tecnologia, despreparada porque despreza o esforço. Preparada porque conhece o mundo em viagens protegidas, despreparada porque desconhece a fragilidade da matéria da vida. E por tudo isso sofre, sofre muito, porque foi ensinada a acreditar que nasceu com o patrimônio da felicidade. E não foi ensinada ____ criar ____ partir da dor.

Há uma geração de classe média que estudou em bons colégios, é fluente em outras línguas, viajou para o exterior e teve acesso à cultura e à tecnologia. Uma geração que teve muito mais do que seus pais. Ao mesmo tempo, cresceu com a ilusão de que a vida é fácil. Ou que já nascem prontos – bastaria apenas que o mundo reconhecesse a sua genialidade.

Tenho me deparado com jovens que esperam ter no mercado de trabalho uma continuação de suas casas – onde o chefe seria um pai ou uma mãe complacente, que tudo concede. Foram ensinados a pensar que merecem, seja lá o que for que queiram. E quando isso não acontece – porque obviamente não acontece – sentem-se traídos, revoltam-se com a “injustiça” e boa parte se emburra e desiste.

Como esses estreantes na vida adulta foram crianças e adolescentes que ganharam tudo, sem ter de lutar por quase nada de relevante, desconhecem que a vida é construção – e para conquistar um espaço no mundo é preciso ralar muito. Com ética e honestidade – e não a cotoveladas ou aos gritos. Como seus pais não conseguiram dizer, é o mundo que anuncia a eles que: viver é para os insistentes.

Por que boa parte dessa nova geração é assim? Penso que este é um questionamento importante para quem está educando uma criança ou um adolescente hoje. Nossa época tem sido marcada pela ilusão de que a felicidade é uma espécie de direito. E tenho testemunhado a angústia de muitos pais para garantir que os filhos sejam “felizes”. Pais que fazem malabarismos para dar tudo aos filhos e protegê-los de todos os perrengues – sem esperar nenhuma responsabilização nem reciprocidade.

Nossa classe média parece desprezar o esforço. Prefere a genialidade. O valor está no dom, naquilo que já nasce pronto. Dizer que “fulano é esforçado” é quase uma ofensa. Ter de dar duro para conquistar algo parece já vir assinalado com o carimbo de perdedor. Bacana é o cara que não estudou, passou a noite na balada e foi aprovado no vestibular de Medicina. Este atesta a excelência dos genes de seus pais. Esforçar-se é, no máximo, coisa para os filhos da classe C, que ainda precisam assegurar seu lugar no país.

Da mesma forma que supostamente seria possível construir um lugar sem esforço, existe a crença não menos fantasiosa de que é possível viver sem sofrer. De que as dores inerentes a toda vida são uma anomalia e, como percebo em muitos jovens, uma espécie de traição ao futuro que deveria estar garantido. Pais e filhos têm pagado caro pela crença de que a felicidade é um direito. E a frustração um fracasso. Talvez aí esteja uma pista para compreender a geração do “eu mereço”.

(Eliane Brum. Disponível em: <http://www.portalraizes.com/28-2/>. Fragmento.)

01

De acordo com a opinião da autora, expressa no texto, a classe média a que se refere

- A) tem uma postura que foge dos padrões necessários ao desenvolvimento do ser humano em uma sociedade competitiva.
- B) é responsável por fatores de exclusão social que levam à grande diferença de ordem econômica que vive a sociedade atualmente.
- C) possui grande genialidade intrínseca, bastando apenas que a sociedade reconheça tal fato para que os benefícios advindos de tal reconhecimento sejam efetivados.
- D) vive um processo de decadência moral de modo que não consegue encontrar seu lugar no mercado de trabalho não tendo havido preparo para o exercício da carreira profissional escolhida.

02

Segundo a autora, a ideia de que a felicidade é um direito é

- A) acertada. B) plausível. C) equivocada. D) impreterível.

03

É correto concluir, a partir da leitura do texto, que a autora faz uma crítica

- A) à busca da felicidade como forma de vida, em harmonia com o semelhante na busca de seus ideais.
B) a uma nova geração de jovens brilhantes intelectualmente e responsáveis, mas que negam suas origens.
C) ao comportamento de determinada classe social cujas ações excluem valores morais responsáveis pelo desenvolvimento sadio e equilibrado mesmo diante das dificuldades.
D) à geração atual que despreza conceitos e valores morais vividos e ensinados por seus pais e preferem, por outro lado, viver um modelo imposto pela sociedade do consumo.

04

O trecho *“Nossa classe média parece desprezar o esforço. Prefere a genialidade.”* (6º§) permanece correto, alterando-se a pontuação empregada, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, em:

- A) Nossa classe média parece desprezar o esforço, prefere a genialidade.
B) Nossa classe média; parece desprezar o esforço, prefere a genialidade.
C) Nossa classe média, parece desprezar o esforço. Prefere a genialidade.
D) Nossa classe média – parece desprezar o esforço, prefere a genialidade.

05

No terceiro parágrafo do texto, é possível observar o emprego de alguns termos que fazem referência a um termo (expressão) já citado(a); estabelecendo uma relação entre orações diferentes e contribuindo, deste modo, para a coesão textual. Os termos destacados a seguir têm seu referente corretamente indicado em, EXCETO:

- A) *“sentem-se traídos, revoltam-se.”* / jovens
B) *“que tudo concede.”* / um pai ou uma mãe complacente
C) *“onde o chefe seria um pai ou uma mãe complacente”* / suas casas
D) *“E quando isso não acontece”* / que merecem, seja lá o que for que queiram

06

No primeiro parágrafo, há lacunas que devem ser preenchidas, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, com, respectivamente:

- A) a / a. B) a / à. C) à / a. D) à / à.

07

No primeiro parágrafo do texto, a autora utiliza como recurso para fazer o texto progredir, mantendo-se o fio discursivo, determinada sequenciação textual. Acerca desta atividade específica, pode-se afirmar que

- A) há uma recorrência de estruturas sintáticas com função persuasiva no texto.
B) o mesmo conteúdo semântico é apresentado sob formas estruturais diferentes.
C) a expressão *“por tudo isso”* introduz uma paráfrase empregada como recurso da coesão textual.
D) não há nenhum tipo de recorrência entre as orações do parágrafo, sendo de alta informatividade.

08

Em *“E por tudo isso sofre, sofre muito, porque foi ensinada a acreditar que nasceu com o patrimônio da felicidade.”* (1º§), acerca da repetição do termo *“sofre”* pode-se afirmar que

- A) por meio da recorrência do termo, é possível identificar a ironia com que a autora trata o assunto.
B) há alteração tanto de sentido quanto de classe gramatical entre a primeira ocorrência e a segunda.
C) a recorrência tem por objetivo persuadir o leitor a questionar sobre o sofrimento abordado no trecho em análise.
D) não há efeito de sentido idêntico nesta recorrência, a reiteração deste termo traz consigo o acréscimo de novas instruções de sentido.

09

No título do texto, a autora utiliza palavras que são formadas a partir de um mesmo radical “despreparo” e “preparada”. O prefixo empregado em uma delas possui o mesmo sentido expresso pelo destacado em:

- A) ateu, inativo. C) aversão, amovível.
B) decair, decrescer. D) adventício, contrasselar.

10

E quando isso não acontece – porque obviamente não acontece – sentem-se traídos, revoltam-se com a “injustiça” e boa parte se emburra e desiste. (3º§) No trecho destacado anteriormente, o uso de aspas tem por objetivo

- A) indicar a intercalação de uma indicação acessória no texto.
B) fazer sobressair um termo não peculiar à linguagem do enunciador.
C) realçar a ironia da autora em relação à desistência dos jovens diante dos obstáculos.
D) acentuar o valor significativo de acordo com o contexto em que o termo foi empregado.

11

Assim como em “Por que boa parte dessa nova geração é assim?” (5º§) o uso do “por que” está de acordo com a norma padrão da língua em:

- A) A reunião foi suspensa por que?
B) Esse é o motivo por que me atrasei.
C) Ninguém conhece o por que de tal decisão.
D) Não estarei presente por que já tenho um compromisso.

12

Assinale a opção que apresenta o grupo de palavras acentuadas de acordo com a mesma regra.

- A) é, colégios. C) média, fácil.
B) há, línguas. D) matéria, patrimônio.

13

No sexto parágrafo do texto, a autora afirma que “Dizer que ‘fulano é esforçado’ é quase uma ofensa.”. O termo “fulano” é tratamento vago e indeterminado, mas que – no texto – pode ser retomado e identificado como

- A) o filho da classe C. C) aquele que não tem privilégios.
B) o jovem da classe média. D) sujeito qualquer, sem importância.

14

Leia o texto a seguir.

Senhor Feudal

(Oswald de Andrade.)

Se Pedro Segundo
Vier aqui
Com história
Eu boto ele na cadeia.

(Poemas de Colonização. In Oswald de Andrade. Literatura comentada. São Paulo. Nova Cultural, s.d. p. 28.)

Considerando-se o texto de Oswald de Andrade e os conhecimentos acerca da variação linguística, assinale a afirmativa verdadeira.

- A) O autor condena, de forma crítica, o uso de variedade linguística de menor prestígio.
B) O uso que o autor faz da norma-padrão, no texto, busca efeitos que expressam ironia e crítica.
C) A linguagem empregada pelo autor, literária, não pode ser considerada sinônimo de norma-padrão.
D) A partir do emprego da variedade linguística utilizada no texto, é possível observar domínio precário da língua.

15

“Português é fácil de aprender porque é uma língua que se escreve exatamente como se fala.”

Pois é. U português é muinto fáciu di aprender, purqui é uma língua qui a genti iscrevi ixatamenti cumu si fala. Num é cumu inglês qui dá até vontadi di ri quando a genti descobri cumu é qui si iscrevi algumas palavras. Im português não. É só prestátenção. U alemão pur exemplu. Qué coisa mais doida? Num bate nada cum nada. Até nu espanhol qui é parecidu, si iscrevi muinto diferenti. Qui bom qui a minha língua é u português. Quem soubé falá sabi iscrevê.

(Jô Soares.)

Acerca do texto de Jô Soares, pode-se afirmar que

- A) a ideia expressa pelo autor denuncia o caráter de exclusão inerente da gramática normativa.
- B) há uma referência a duas modalidades diferentes da língua utilizando-se, para isso, humor ao registrar o código linguístico.
- C) a referência à variedade de menor prestígio da língua é identificada por meio do registro de construções e vocabulários específicos.
- D) o autor tem por objetivo demonstrar que a tradição trabalha com normas, diferentemente das gramáticas de funcionamento das línguas.

Texto para responder às questões de 16 a 20.

O menino de 13 anos que criou o Braille

Sistema permaneceu insuperável por 200 anos.

Aos 3 anos, *Louis* foi explorar a oficina de seu pai e, por acidente, machucou um dos olhos com uma navalha. A infecção atingiu ambos os olhos e, em poucos meses, o garoto estava completamente cego.

O drama era pior do que parece hoje. Na época, início do século 19, ser cego significava incapacidade para aprender, estudar e ganhar a vida. Ou seja: ele estava condenado a depender da família ou da caridade dos outros.

Porém, aos 7 anos, *Louis* já estava completamente familiarizado com a nova vida. Era tão esperto e interessado que chamou a atenção do professor da escola local que, contrariando o pensamento dominante (de que não valia a pena ensinar cegos), admitiu-o em uma das classes.

Em pouco tempo, *Louis* se transformou em um dos melhores alunos da escola. Surpresos com o potencial, pai e professor tiveram a ideia de enviá-lo para uma escola destinada a crianças cegas em Paris – a primeira no mundo especializada na deficiência.

Assim, aos 10 anos, o garoto estava matriculado no *L’Institut Royal des Enfants Aveugles*. Foi ali que *Louis* aperfeiçoou o sistema vigente de leitura para cegos e, aos 13 anos, apresentou sua própria criação: o Método *Braille*. Em algumas décadas, o sistema foi adotado oficialmente em todo o mundo.

Apenas recentemente, com o surgimento de aplicativos como *Be My Eyes*, *smart glasses* e assistentes digitais como Siri e Alexa, os deficientes visuais estão tendo acesso à cultura e informação sem a necessidade do método criado há quase 2 séculos por um menino de 13 anos.

(Carlos Domingos, 21 nov. 2017. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/blog/oportunidades-disfarcadas/o-menino-de-13-anos-que-criou-o-braille/>.)

16

Depreende-se do texto que

- A) a situação vivida pelo menino *Louis*, aos 3 anos, não pode ser observada em proporções reais em relação à sua gravidade devido à ausência de recursos tecnológicos.
- B) a intervenção externa e uma reação pessoal atuaram como facilitadores no processo de reconstrução da aprendizagem e desenvolvimento cognitivo do menino que havia se tornado cego.
- C) pode-se reconhecer que a exclusão em virtude de determinada deficiência mantém-se, na atualidade, assim como nos séculos passados apesar do desenvolvimento científico e tecnológico.
- D) as dificuldades advindas da deficiência adquirida por meio de um acidente não puderam ser concretizadas de fato na vida do menino citado no texto devido a determinadas características que o diferenciavam, confirmando as expectativas.

17

Tendo em vista aspectos sintáticos da língua, pode-se afirmar que em “[...] os deficientes visuais estão tendo acesso à cultura e informação sem a necessidade do método criado há quase 2 séculos por um menino de 13 anos.” (6º§) é possível observar

- A) o predicado nominal, já que existe verbo de ligação seguido de predicativo do sujeito.
- B) ocorrência de oração sem sujeito trazendo verbo impessoal que se apresenta na terceira pessoa do singular.
- C) a ocorrência de um sujeito hipotético em “há quase 2 séculos” que retoma informações do período anterior.
- D) que em “estão tendo”, o verbo impessoal acompanhado de auxiliar transmite a este sua impessoalidade, motivo de haver oração sem sujeito.

18

De acordo com o emprego das palavras/expressões destacadas, assinale a opção em que a substituição sugerida provocaria INCORREÇÃO gramatical ou alteração do sentido expresso originalmente no texto.

- A) “Louis se transformou em um dos melhores alunos da escola.” (4º§) / tornou um
- B) “[...] os deficientes visuais estão tendo acesso à cultura [...]” (6º§) / passaram a ter
- C) “Porém, aos 7 anos, Louis já estava completamente familiarizado com a nova vida.” (3º§) / Todavia
- D) “Era tão esperto e interessado que chamou a atenção do professor da escola local [...]” (3º§) / Fosse

19

Leia: “Em algumas décadas, o sistema foi adotado oficialmente em todo o mundo.” (5º§) A frase destacada ilustra uma formação típica de voz verbal cuja construção permite a omissão do agente podendo ser expressa por meio da formulação:

- A) Em algumas décadas, o mundo adotou oficialmente o sistema.
- B) Em algumas décadas, adotou-se o sistema oficialmente em todo o mundo.
- C) Em todo o mundo, adotaram-se em algumas décadas o sistema oficialmente.
- D) O sistema que se adotou oficialmente em todo o mundo, em algumas décadas.

20

O último parágrafo do texto é introduzido por expressão que demonstra

- A) a preocupação da sociedade atual em eliminar lacunas antigas na assistência aos deficientes visuais.
- B) o processo de ampliação de suportes específicos para atender com eficiência pessoas portadoras de necessidades especiais.
- C) o descaso com os deficientes visuais, visto que as tecnologias implementadas na atualidade passaram por um longo processo até serem disponibilizadas para o público a que se destina.
- D) que o enunciador, de forma implícita, considera que há um longo período entre a criação de novas tecnologias e o método citado durante todo o texto para a leitura dos deficientes visuais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21

Em relação às competências do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, afirma-se corretamente que:

- A) Executar a vigilância sanitária de aeroportos é da competência da União.
- B) Coordenar os serviços de vigilância sanitária é da competência dos Municípios.
- C) Executar os serviços de vigilância sanitária é da competência dos Estados e do Distrito Federal.
- D) Definir e coordenar os sistemas de vigilância sanitária é da competência dos Estados e do Distrito Federal.

22

“O Notivisa (Sistema de Notificação em Vigilância Sanitária) é um sistema informatizado desenvolvido pela Anvisa para receber notificações de incidentes, Eventos Adversos (EA) e Queixas Técnicas (QT) relacionadas ao uso de produtos e de serviços sob vigilância sanitária.”

(Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/notivisa>.)

Podem ser feitas no Notivisa notificações como, EXCETO:

- A) Queda de paciente hospitalizado.
- B) Reclamações sobre planos de saúde.
- C) Reações adversas ao uso de medicamentos.
- D) Incidente ocorrido durante um procedimento cirúrgico.

23

Está estabelecido em legislação específica que todo alimento deverá estar registrado no órgão competente do Ministério da Saúde para que possa ser exposto ao consumo ou entregue à venda. Entretanto, a legislação dispensa a obrigatoriedade de registro no órgão competente do Ministério da Saúde:

- A) Dos alimentos *in natura*.
- B) Das embalagens que entram em contato direto com os alimentos.
- C) Dos alimentos enriquecidos com substância nutriente com a finalidade de reforçar o seu valor nutritivo.
- D) De toda substância dotada, ou não, de valor nutritivo, ajuntada ao alimento com a finalidade de impedir alterações, denominadas de aditivo intencional.

24

Analise as afirmativas, marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () O registro e a permissão do uso dos medicamentos são atribuições exclusivas do Ministério da Saúde.
- () Substâncias ou preparações destinadas à desinfestação domiciliar são consideradas saneantes domissanitários.
- () A propaganda de medicamentos cujas vendas estão sujeitas à prescrição médica ou odontológica é permitida em qualquer meio de comunicação.
- () As embalagens destinadas ao acondicionamento de drogas que não contenham internamente substância capaz de alterar as condições de pureza e eficácia do produto não necessitam de aprovação pelo Ministério da Saúde.

A sequência está correta em

- A) V, F, V, F.
- B) V, V, F, V.
- C) F, V, F, F.
- D) F, F, V, V.

25

A Lei nº 9.782/1999, que criou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, estabelece as receitas desta Autarquia. São elas, EXCETO:

- A) As doações que lhes forem destinadas.
- B) Os recursos provenientes de parte dos impostos da Previdência Social.
- C) O montante arrecadado através da Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária.
- D) Os recursos provenientes de convênios celebrados com entidades e organismos nacionais e internacionais.

26

Nos casos de violação da legislação pertinente, empresas que fabricam ou comercializam produtos que envolvam riscos à saúde pública podem ter a sua autorização de funcionamento cancelado. Nestes casos, o órgão responsável pelo cancelamento da autorização de funcionamento será:

- A) A Receita Federal.
- B) O Ministério da Saúde.
- C) A Secretaria de Vigilância em Saúde.
- D) A Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

27

Sobre a estrutura que compõe e operacionaliza o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária no Brasil, assinale a afirmativa correta.

- A) Nos municípios, os serviços de vigilância sanitária são exercidos por órgãos estaduais.
- B) O Sistema é composto exclusivamente pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária que é o órgão responsável por todas as suas atividades.
- C) Os estados brasileiros contam, cada um, com laboratórios que dão suporte às ações de vigilância sanitária, com diferenças de capacidade técnica e analítica.
- D) O Laboratório Central em Saúde Pública (Lacen) tem sua sede em Brasília e é o responsável por todas as ações de vigilância no país com diagnóstico laboratorial de doenças causadas pelo consumo de água e alimentos contaminados.

28

Como um conjunto integrado de ações dos Poderes Públicos e da sociedade, a seguridade social garante os direitos relativos à:

- A) Assistência social.
- B) Previdência social.
- C) Previdência e assistência social.
- D) Saúde, previdência e assistência social.

34

“Guerra às drogas: um problema de saúde pública”, publicada em 04/07/2016 no Jornal USP: ‘O professor Rubens Adorno, docente da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP e membro da Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (Abramd), destaca que a chamada ‘guerra às drogas’ mata, no mundo, mais pessoas do que o uso de qualquer droga. ‘O proibicionismo é um grande problema de saúde pública’, afirma. De acordo com ele, a falta de controle da produção e da qualidade das drogas, a criação de um mercado ilegal sem fiscalização, o excesso de investimentos em armas e a violência contra os jovens da periferia são fatores que prejudicam gravemente a saúde pública. ‘Essa guerra exige todo um investimento do Estado em um aparato bélico e repressivo que poderia ser canalizado para a educação ou para a saúde’, observa’.”

(Disponível em: <http://jornal.usp.br/atualidades/guerra-as-drogas-um-problema-de-saude-publica/>.)

Sobre a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006) que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, afirma-se corretamente que:

- A) O Sisnad tem por finalidade exclusiva a articulação de atividades relacionadas com a prevenção do uso indevido de drogas.
- B) O Sisnad está relacionado à repressão da produção não autorizada de drogas mas não tem relação com a repressão ao tráfico ilícito de drogas.
- C) É princípio desta Lei a articulação com os órgãos do Ministério Público e dos Poderes Legislativo e Judiciário visando à cooperação mútua nas atividades do Sisnad.
- D) Para fins de concessão de benefícios, esta lei reconhece como rede de serviços de saúde que desenvolve programas de atenção ao usuário e ao dependente de drogas apenas aquelas que fazem parte do sistema público de saúde.

35

Quando um Município não tiver aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento nas ações e serviços públicos de saúde, a Constituição Federal dá o direito ao Estado de:

- A) Intervir no Município.
- B) Substituir o gestor de saúde.
- C) Condenar criminalmente o prefeito.
- D) Punir o Município com o cancelamento do repasse de verbas.

36

De acordo com a Lei nº 8.080/1990, os princípios e as diretrizes do SUS devem ser seguidos:

- A) Em todos os estabelecimentos de saúde do Brasil.
- B) Somente pelos serviços públicos de saúde, pelos serviços filantrópicos e os sem fins lucrativos.
- C) Pelas ações e serviços públicos de saúde e pelos serviços privados contratados ou conveniados pelo SUS.
- D) Pelas ações e serviços públicos de saúde, sendo os serviços privados de saúde desobrigados a segui-los em qualquer situação.

Leia o trecho a seguir para responder às questões 37 e 38.

“O psicólogo Francisco Netto, um dos coordenadores do programa sobre álcool da Fiocruz, fez a seguinte declaração ao jornal Folha de São Paulo sobre propaganda de álcool, na reportagem publicada em agosto de 2017, propaganda de bebida alcoólica faz mal, dizem profissionais de saúde: ‘A legislação é muito permissiva. É preciso controlar mais o horário dos anúncios e não permitir o patrocínio de fabricantes a shows e eventos esportivos (...)’.”

(Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2017/08/1912998-propaganda-de-bebida-faz-mal-afirmam-profissionais-da-saude.shtml>.)

37

De acordo com a legislação vigente no Brasil sobre a propaganda de bebidas alcoólicas, o horário permitido para a propaganda comercial de bebidas alcoólicas nas emissoras de rádio e televisão é entre as:

- A) Vinte e às cinco horas.
- B) Dezoito e às sete horas.
- C) Vinte e uma e às seis horas.
- D) Vinte e às seis horas e meia.

38

Para efeitos da Lei que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de bebidas alcoólicas, são consideradas bebidas alcoólicas as bebidas potáveis com teor alcoólico superior a:

- A) Vinte graus INPM.
- B) Quinze graus INPM.
- C) Sete graus *Gay Lussac* (°GL).
- D) Treze graus *Gay Lussac* (°GL).

39

A atenção humanizada e qualificada à gestação, ao parto, ao nascimento e ao recém-nascido constitui um dos eixos estratégicos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC). Este eixo tem como ação estratégica, dentre outras, a prevenção da transmissão vertical:

- A) Do HIV e da sífilis.
- B) Das hepatites e do HIV.
- C) Da gonorreia e da sífilis.
- D) Das doenças sexualmente transmissíveis.

40

A Portaria nº 1.820/2009 dispõe que “toda pessoa tem direito ao acesso a bens e serviços ordenados e organizados para garantia da promoção, prevenção, proteção, tratamento e recuperação da saúde”. De acordo com esta normativa, esse acesso deve ser preferencialmente nos serviços de Atenção Básica da qual fazem parte, EXCETO:

- A) Os postos de saúde.
- B) As clínicas e os hospitais.
- C) As unidades básicas de saúde.
- D) As unidades de saúde da família.

41

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a proteção e a defesa da saúde da população brasileira são de competência legislativa

- A) privativa da União.
- B) comum da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- C) concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- D) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

42

A Lei nº 8.080/90 que dispõe sobre a organização, a direção e a gestão do Sistema Único de Saúde define que os consórcios intermunicipais de saúde podem integrar o SUS. Essa articulação intermunicipal tem como principal objetivo:

- A) Induzir os municípios à adesão ao consórcio para garantir maiores recursos à saúde da população.
- B) Realizar atividades conjuntas referentes à promoção, proteção e recuperação da saúde de suas populações.
- C) Garantir maior autonomia aos municípios consorciados na gestão dos recursos financeiros disponíveis para a saúde.
- D) Obter recursos financeiros para garantir o acesso à saúde da população da região consorciada, seja através dos serviços do SUS, seja através dos serviços conveniados.

43

“Mais do que um administrador, o gestor do SUS é a autoridade sanitária em cada esfera de governo, cuja ação política e técnica deve estar pautada pelos princípios da reforma sanitária brasileira.”

(Matta, 2007.)

Sobre os gestores do SUS afirma-se corretamente que:

- A) São designados pelo chefe do Poder Executivo em cada esfera do governo e ocupam os cargos de ministro e secretários de saúde.
- B) São eleitos pelos integrantes do Poder Legislativo em cada esfera do governo e ocupam os cargos de ministro e secretários de saúde.
- C) São designados pelo chefe do Poder Legislativo em cada esfera do governo e exercem funções de interesse à saúde nos poderes Executivos e Legislativo.
- D) São eleitos por comissão designada pelo chefe do Poder Executivo em cada esfera do governo e exercem funções de interesse à saúde nos Poderes Executivos e Legislativo.

44

Sobre a atual organização institucional do Sistema Único de Saúde afirma-se corretamente:

- A) A direção do SUS sendo única é exercida somente pelo Ministério da Saúde.
- B) A assistência à saúde pelo SUS oferecida à população brasileira é previdenciária.
- C) A participação popular ocorre através das comissões de intergestores tripartite e bipartite.
- D) A nível municipal e com a finalidade de cobertura total das ações de saúde para a população, o SUS poder organizar-se em distritos.

45

O acesso integral à saúde é um direito conquistado por todos os cidadãos brasileiros através da Constituição Federal de 1988. Porém, uma parte da população brasileira, cerca de 24,5%, utiliza planos de saúde privados oferecidos por operadoras. Na configuração atual do SUS, são benefícios/serviços 100% públicos oferecidos à população brasileira, EXCETO:

- A) Bancos de sangue.
- B) Regulação da saúde.
- C) Vigilância em saúde.
- D) Procedimentos de alta complexidade.

“As regras de financiamento e execução do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) estão definidas na Portaria nº 1.554, de 30 de julho de 2013. De acordo com esta Portaria, o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica é uma estratégia de acesso a medicamentos no âmbito do SUS.”

Considere esta Portaria para responder às questões 46 e 47.

46

A execução do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica consiste de forma abrangente:

- A) Na análise técnica da solicitação de medicamentos aos tratamentos.
- B) Em diversas etapas que visam a disponibilização ou não de medicamentos a pacientes.
- C) No fornecimento dos medicamentos previamente autorizados conforme estabelecido pela Portaria.
- D) No processo inicial para a solicitação de medicamentos aos tratamentos e que envolve diversos documentos.

47

O Componente Especializado da Assistência Farmacêutica é uma estratégia que busca garantia da integralidade do tratamento medicamentoso em nível ambulatorial. Os medicamentos contemplados no âmbito do Componente fazem parte das linhas de cuidado para as doenças definidas:

- A) Nas Políticas e Diretrizes do Sistema Único de Saúde.
- B) Na Bases de Dados Científicas do Ministério da Saúde.
- C) Nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas publicados pelo Ministério da Saúde.
- D) Na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS.

48

A Política Nacional de Medicamentos, aprovada em 1998 através da Portaria nº 3.916, faz parte do rol de atuação do SUS. Dentre os propósitos principais desta Política estão os que garantem, EXCETO:

- A) O fornecimento de medicamentos à população de baixa renda.
- B) A promoção do uso racional dos medicamentos considerados essenciais.
- C) A eficácia e a qualidade necessárias dos medicamentos contemplados por esta Política.
- D) A segurança e a qualidade necessárias dos medicamentos contemplados por esta Política.

49

O Componente Básico da Assistência Farmacêutica é constituído por uma relação de medicamentos e uma de insumos farmacêuticos voltados aos principais agravos e programas de saúde da Atenção Básica. Como parte integrante desse Componente, a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) é financiada pelos três entes federados e a aquisição e a distribuição dos seus itens para a população, exceto aqueles com ressalvas, ficam a cargo:

- A) Dos Estados.
- B) Dos Municípios.
- C) Dos Estados e Municípios.
- D) Dos Estados, Municípios e União.

50

“O site da Agência Brasil divulgou em maio de 2017 que ‘segundo o Ministério da Saúde, a mortalidade materna no Brasil caiu 58% entre 1990 e 2015’.”

(Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/brasil-reduz-mortalidade-materna-mas-continua-longe-do-ideal-diz-especialista>.)

Para que seja classificada corretamente, o cálculo da Razão de Mortalidade Materna (Taxa de Mortalidade Materna) exige o conhecimento das definições de morte materna e das circunstâncias em que ocorrem os óbitos. Sobre este indicador é INCORRETO afirmar que:

- A) Utiliza também como fonte o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos.
- B) Considera os óbitos relacionados a causas ligadas à gravidez, ao parto e ao puerpério.
- C) Estima a frequência de óbitos femininos ocorridos até dez dias após o término da gravidez.
- D) Taxas elevadas de mortalidade materna refletem uma insatisfatória prestação de serviço de saúde a esse grupo que abrange também o planejamento familiar.

51

A taxa de mortalidade é um dos indicadores básicos de desenvolvimento humano e revela muito sobre as condições de vida e a assistência de saúde em um país. Dados do IBGE mostram uma redução na mortalidade infantil no Brasil nos últimos anos, apesar das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ainda apresentarem taxas de mortalidade quase duas vezes maior que as das regiões Sul e Sudeste. Este indicador de saúde corresponde ao número de óbitos de menores de:

- A) Um ano de idade, por mil nascidos vivos na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
- B) Dois anos de idade, por mil nascidos vivos na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
- C) Seis meses de idade, por dez mil nascidos vivos na população residente em determinado espaço geográfico, no semestre considerado.
- D) Seis dias, que corresponde ao período neonatal, por dez mil nascidos vivos na população residente em determinado espaço geográfico, no semestre considerado.

52

A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), aprovada pela Portaria GM/MS nº 971, de 3 de maio de 2006, envolve as práticas de Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa e Yoga. Esta Política contribui para o fortalecimento dos princípios fundamentais do SUS uma vez que atua nos campos da prevenção de agravos e da promoção, manutenção e recuperação da saúde baseada em modelo de atenção humanizada e centrada na integralidade do indivíduo. As diretrizes que norteiam esta Política incentivam a sua inserção em todos os níveis de atenção à saúde, com ênfase no(s) nível(is):

- | | |
|----------------|----------------------------|
| A) Primário. | C) Primário e secundário. |
| B) Secundário. | D) Secundário e terciário. |

53

Considerando os três níveis de atenção à saúde no Brasil: nível primário, secundário e terciário, assinale a alternativa em que a unidade citada pertença ao nível secundário de atenção à saúde.

- | | |
|-----------------------------------|--|
| A) Serviços de Quimioterapia. | C) Serviços de Ressonância Magnética. |
| B) Unidade de Pronto Atendimento. | D) Núcleo de Apoio à Saúde da Família. |

54

Analise as afirmativas a seguir.

- I. No Brasil, 30% dos casos de ataque cardíaco são fatais.
- II. O AVC (Acidente Vascular Cerebral) é a principal causa de morte no Brasil.
- III. Com o objetivo reduzir a morbimortalidade por acidentes de trânsito no País, o Ministério da Saúde aprovou em 2002, no âmbito do SUS, o Projeto de Redução da Morbimortalidade por Acidentes de Trânsito – Mobilizando a Sociedade e Promovendo a Saúde.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s)

- | | | | |
|-----------------|----------------|-----------------|---------------------|
| A) I, II e III. | B) II, apenas. | C) III, apenas. | D) I e III, apenas. |
|-----------------|----------------|-----------------|---------------------|

55

A taxa bruta de natalidade da população brasileira vem registrando queda nos últimos anos. De acordo com o IBGE, em 2000, a taxa bruta de natalidade foi de 20,86. Já em 2015 esta taxa foi de 14,16. Sabendo que esta taxa corresponde ao número de nascidos vivos, por mil habitantes, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) É influenciada pela estrutura da população, quanto à idade e ao sexo.
- B) Expressa a intensidade com a qual a natalidade atua sobre uma determinada população.
- C) Taxas baixas estão associadas a condições socioeconômicas precárias e a aspectos culturais da população.
- D) Através desta taxa é possível calcular o crescimento vegetativo ou natural da população, desde que subtraia-se desta taxa a taxa bruta de mortalidade.

56

De acordo com o INCA, “o câncer pode surgir em qualquer parte do corpo, mas alguns órgãos são mais afetados do que outros”. Excetuando os casos de câncer de pele não melanoma, o câncer mais frequente na população feminina brasileira corresponde ao câncer de:

- A) Mama.
- B) Pulmão.
- C) Intestino.
- D) Colo do útero.

57

A Secretaria de Vigilância em Saúde estabeleceu, através da Portaria nº 47, de 03 de maio de 2016, parâmetros de monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), para fins de manutenção do repasse de recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde. De acordo com o Parágrafo I do Art. 2º desta Portaria será considerada situação irregular na alimentação do SINAN, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) que NÃO registrar notificação no período de:

- A) Seis meses consecutivos.
- B) Dois meses consecutivos.
- C) Oito semanas epidemiológicas de notificação consecutivas.
- D) Quatro semanas epidemiológicas de notificação consecutivas.

58

É correto afirmar que o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde do Estado de Minas Gerais (CIEVS-MG) é o órgão

- A) gestor dos Sistemas de Informação de Mortalidade (SIM), de Agravos de Notificação (SINAM) e Nascidos Vivos (SINASC) no Estado de Minas Gerais.
- B) centralizador de todas as notificações compulsórias realizadas no Estado de Minas Gerais e atua sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais.
- C) coordenador dos programas de prevenção e controle de doenças transmissíveis de relevância estadual que atua sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais.
- D) coordenador das situações de crise que ocorrem no Estado, sendo responsável pelo acompanhamento dos agravos que pelo seu elevado potencial de disseminação e/ou riscos à saúde pública necessitam de acompanhamento da Secretaria de Estado da Saúde/MG.

59

“A Notificação Compulsória de doença, agravo ou evento de saúde pública é definida em legislação específica como a ‘comunicação obrigatória à autoridade de saúde, realizada pelos médicos, profissionais de saúde ou responsáveis pelos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, sobre a ocorrência de suspeita ou confirmação de doença, agravo ou evento de saúde pública’.”

(Portaria nº 204/2016.)

A periodicidade de notificação pode ser:

- A) Semanal ou mensal.
- B) Imediata ou semanal.
- C) Semanal ou quinzenal.
- D) Imediata ou quinzenal.

60

No dia 07 de dezembro de 2017, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte anunciou em seu *site* a notícia de fechamento dos Parques das Mangabeira e da Serra do Curral, após resultado laboratorial que confirmou a morte por febre amarela de primata não humano encontrado no Parque das Mangabeiras. No âmbito da notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública, a morte deste animal pode ser melhor classificada como:

- A) Zoonose.
- B) Epizootia.

- C) Agravo de saúde animal.
- D) Agravo de saúde pública.

ATENÇÃO



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva é de caráter eliminatório e classificatório, constituída de 2 (dois) pareceres.
- A resposta à prova discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica indelével de corpo transparente, de ponta grossa e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas.
- Deverão ser observados o limite mínimo 20 (vinte) linhas e, no máximo, 25 (vinte e cinco) linhas: 50 (cinquenta) pontos, sendo 25 (vinte e cinco) pontos por parecer.
- Será atribuída nota ZERO à questão que: não observar as orientações presentes no caderno de questões; contiver identificação fora do local apropriado; estiver em branco; desenvolver o texto fora do tema solicitado ou elaborar peça inadequada para a solução do problema proposto; apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; e, apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.
- Para efeito de avaliação de cada questão da Prova Discursiva (Elaboração de Parecer) serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

DIMENSÃO CONCEITUAL	VALOR TOTAL	PONTOS A DESCONTAR POR ERRO
Adequação ao tema - 2,00	4,00	Parcial - 1,00
Adequação ao gênero - 2,00		Parcial - 1,00
Pertinência do parecer ao tema proposto - 4,00	4,00	Parcial - 2,00 Total - 4,00
Continuidade (C) e articulação (A) de idéias - 3,00	3,00	C - 1,00 A - 1,00
AR - Argumentação e coerência cativa com o tema proposto e o texto dado ao parecer - 4,00	4,00	AR - 1,00
TOTAL		15,00

DIMENSÃO FORMAL	VALOR TOTAL	PONTOS A DESCONTAR POR ERRO
EP - Estruturação de períodos	2,00	EP - 1,00 PV - 0,50 MS - 1,00 P - 0,50 O - 0,50
PV - Propriedade vocabular	1,00	
MS - Morfossintaxe (regência, concordância, emprego de crase e colocação pronominal)	3,00	
P - Pontuação	2,00	
O - Ortografia e acentuação gráfica	2,00	
TOTAL		10,00

Leia as informações a seguir para atender aos pareceres.

Na condição de Consultor Legislativo da CMBH, considere que o seguinte projeto de lei tenha sido apresentado à sua análise:

“PROJETO DE LEI N. XYZ/2018

Iniciativa: Poder Executivo

Ementa: Dispõe sobre o combate ao uso de *crack* no município de Belo Horizonte e dá outras providências.

Art. 1º – Os usuários de *crack* passam a ser divididos em dois grupos conforme tenham, ou não, praticado crimes e contravenções penais.

Parágrafo Único – Os drogadictos apreendidos pelo cometimento de infração à lei penal serão tratados como problema de segurança pública, competência do Estado e, portanto, não serão aceitos nos programas de saúde municipal.

Art. 2º – Os drogadictos sem ficha policial serão aceitos nos programas de saúde municipal, da seguinte forma:

I – se encontrados em vias públicas, serão imediatamente recolhidos a um pátio, onde ficarão apreendidos até que um membro da família se responsabilize por seu tratamento voluntário ou involuntário;

II – se em uso do *crack* em estabelecimentos privados ou residenciais, poderão ser inscritos, por familiares, em programas de tratamento junto às comunidades terapêuticas.

Parágrafo Único – na hipótese do inciso I, os drogadictos não procurados pelas famílias, no prazo de 72 horas de seu recolhimento, serão internados compulsoriamente em clínicas de saúde mental.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.”

PARECER 01

Elabore um parecer, A FAVOR da aprovação do Projeto de Lei nº XYZ/2018 com: relatório, fundamentação e conclusão. Não é necessário cabeçalho nem ementa. Atenha-se ao conhecimento técnico, abstendo-se de emitir opinião fundamentada em senso comum.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

PARECER 02

Elabore um parecer, **CONTRÁRIO** à aprovação do Projeto de Lei nº XYZ/2018 com: relatório, fundamentação e conclusão. Não é necessário cabeçalho nem ementa. Atenha-se ao conhecimento técnico, abstendo-se de emitir opinião fundamentada em senso comum.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

INSTRUÇÕES

1. Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente. Todos os demais equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, deverão ser recolhidos em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação.
2. Não é permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, MP3/MP4, receptor, gravador, fone de ouvido, *pendrive*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, carteiras etc.
3. O tempo de duração da prova abrange a assinatura e a transcrição das respostas para a Folha de Respostas (gabarito) e Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva.
4. Não será permitido ao candidato realizar anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, sob pena de eliminação do concurso.
5. Com vistas à garantia da segurança, lisura e integridade do certame, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais no ingresso e na saída de sanitários durante a realização da prova. Ao término da prova o candidato deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso nos sanitários.
6. O Caderno de Provas consta de 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha e Prova Dissertativa para os cargos de nível médio e 60 (sessenta) questões objetivas de múltipla escolha para os cargos de nível superior e Prova Dissertativa para os cargos: Analista de Tecnologia da Informação (todas as especialidades), Arquivista, Coordenador do Processo Legislativo, Dentista, Engenheiro Civil, Médico Clínico e Psicólogo (todas as especialidades); Elaboração de Parecer para os cargos de Consultor Legislativo (todas as especialidades); Peça Prático-Profissional para o cargo de Procurador; e, Elaboração de Projeto de Lei para o cargo de Redator. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes na Folha de Respostas (gabarito) e Folha de Texto Definitivo da Prova Discursiva que lhe foram fornecidas estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao fiscal.
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.
8. Verifique se o TIPO/COR do Caderno de Provas coincide com o registrado no rodapé de cada página, assim como o TIPO/COR registrado na Folha de Respostas (gabarito). Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal para que sejam tomadas as devidas providências.
9. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o Caderno de Provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 120 (cento e vinte) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o Caderno de Provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum destes candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado o fato na Ata de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de sala e pelo Coordenador da Unidade de provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Concurso.

RESULTADOS E RECURSOS

- O gabarito oficial da prova objetiva será publicado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM/BH e disponibilizado no endereço eletrônico www.consulplan.net dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis após a realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos disporá de 3 (três) dias, a partir do dia subsequente ao da publicação oficial (Diário Oficial do Município de Belo Horizonte – DOM) das respectivas etapas, em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.consulplan.net, que estará disponível das 8h00min do primeiro dia útil subsequente à publicação do ato até as 23h59min do último dia do prazo recursal (horário de Brasília).
- A interposição de recursos deverá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à inscrição do candidato, apenas no prazo recursal, à CONSULPLAN, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.consulplan.net, no *link* correspondente ao Concurso Público.